

Orcamento já tem divergência

7 SET 1990

CORREIO BRAZILIENSE

Parlamentares querem subvenção e não aprovam regimento

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) instalou oficialmente a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, ontem pela manhã. Indicou a maioria dos 35 sub-relatores, apresentou as normas de trabalho interno e anunciou como deverá ser a conduta da Comissão: nem simpática nem antipática ao Governo, com liberdades e também co-responsabilidades e ter a majestade em relação a sua autonomia.

Para um recesso em branco do Congresso, a forte presença de seus integrantes surpreendeu ao seu próprio presidente. Cid Carvalho foi obrigado a mediar, por várias vezes, algumas desavenças surgidas e se viu na contingência de acatar uma proposta do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) que se negou a aceitar, pura e simplesmente, as normas de trabalho, o que corresponde ao regimento interno da Comissão. Israel exigiu a abertura de um prazo para apresentação de sugestões de alterações (isto é, de emendas) às normas para só então vê-las aprovadas.

Após muita discussão, criou-se uma espécie de subcomissão, integrada pelo senador Leopoldo Peres (PMDB-MA), deputado Paes Landin (PFL-PI) e pelo relator geral da Comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Até depois de amanhã elas estarão recebendo as emendas ao regimento e na quarta-feira seguinte — quando será feita a leitura da mensagem do Programa Orçamentário da União, em sessão conjunta do Congresso — apresentarão o relatório final a ser submetido a apreciação dos demais integrantes da Comissão.

Outra discussão se deu em torno das subvenções e ao que tudo indica, os parlamentares não estão dispostos a abrirem mão dessa verba. As subvenções sempre foram incluídas no Orçamento Geral da

União e suas destinações são as bolsas de estudo, escolas ou creches. Desta vez, o Governo não as incluiu no orçamento e, para o deputado Cid Carvalho "seria subalterno irmos lá pechinchar e, na hora em que defendermos a modernidade, não é fácil lidarmos com uma quota arbitrária como essa para cada parlamentar". Para o próximo ano, estima-se uma verba de 10 milhões de cruzados, a título de subvenções, a cada parlamentar.

SUB-RELATORES

As reivindicações não pararam por aí. Assim que o presidente da comissão fez a leitura dos sub-relatores indicados para atuarem em cada anexo da proposta orçamentária, teve início a disputa partidária. Dos 35 sub-relatores (ainda resta a indicação de três), coube ao PMDB, 20; ao PFL, 5; ao PSDB, 3; ao PDS, 2; e ao PDT e ao PL, 1, cada. O PTB, preterido, reivindicou um cargo.

Cid Carvalho confirmou que, como majoritário na Comissão, o PMDB deveria ter maior participação e esta foi sua preocupação na escolha. Explicou que o PT ficou de fora "porque não colaborou e, além disso, jogou tudo no status quo, ao apostar, totalmente, na indicação do deputado João Alves (PFL) para presidência da Comissão". Mesmo assim, Cid Carvalho está disposto a destinar a relatoria do Ministério da Justiça (ainda não ocupada) ao deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Tanto para a relatoria que cuidará do orçamento do Ministério da Justiça, como aquela destinada ao exame do Ministério da Cultura e do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, estão dependendo, ainda, segundo informou Cid Carvalho, dos acertos finais. É possível que uma delas seja destinada ao PTB.

Como são 35 sub-relatorias — a Comissão é integrada por 60 titulares — os que não foram contemplados serão, segundo seu presidente, absorvidos em sub-relatorias das subcomissões. Para melhor andamento dos trabalhos, as áreas afins serão distribuídas em cinco setores amplos: Administração, Política e Judiciário; Econômico-Produtivo; Social; Segurança; e Encargos Diversos.

SUGESTÃO

Durante a instalação da Comissão, o senador Mendes Canale (PMDB-MS) sugeriu que os integrantes debatessem o Orçamento com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Cid Carvalho concordou desde que, os debates externos ocorram somente após um estudo aprofundado do Orçamento por parte de todos os membros da Comissão. O deputado lembrou que na semana passada, juntamente com o relator Almir Gabriel, almoçou com o ministro e mais 20 assessores seus. O ministro colocou toda a sua assessoria à disposição do Congresso e, para Cid Carvalho, "nós temos o direito de procurá-los sem preconceitos".

Segundo afirmou Almir Gabriel, o objetivo maior da Comissão está relacionado a um "instrumento de política nacional" e, para tanto, espera que a Comissão utilize o Orçamento para este fim. Frisou por várias vezes, que a Comissão não está se "antepondo ao Executivo", mas pretende dar uma visão de conjunto ao País. A respeito das alterações ministeriais verificadas na semana passada (especificamente com o Ministério da Habitação e Bem Estar Social) o senador disse que "não importa saber quem é o executor da medida e sim o seu beneficiário". Ele se referia à transferência de alguns órgãos que passaram àquela pasta.